

INTERIORIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO E A DISCUSSÃO SOBRE CIDADES MÉDIAS NO BRASIL

INTERNALIZATION OF THE URBANIZATION AND THE DISCUSSION OF MEDIUM CITIES IN BRAZIL

Ralfo Edmundo da Silva MATOS¹
Edivaldo Fernandes RAMOS²

Resumo: Os estudos da rede urbana brasileira constituem um tema emergente e têm avançado por diversas áreas de conhecimento, tanto quanto a discussão sobre a interiorização da urbanização. Neste contexto, ganham foco as cidades secundárias dinâmicas capazes de atraírem atividades econômicas intersetoriais e de reorientar fluxos migratórios de origem urbana, rural e metropolitana. Analisar esse processo de incremento das cidades médias integrantes da rede urbana em expansão é tarefa que esse trabalho procura discutir mediante revisão da literatura e evidência empírica.

Palavras-chave: Cidades médias; Urbanização; Rede urbana.

Abstract: The studies of the Brazilian urban network constitute an emerging theme and have advanced by several areas of knowledge, as well as the discussion on the internalization of urbanization. In this context, they gain focus the dynamic secondary cities able to attract economic activities and refocusing intersectoral flows of urban, rural and metropolitan origin. Analyze this process of development of medium-sized cities members of the expanding urban network is task that this work seeks to discuss through literature review and empirical evidence.

Keywords: Cities averages; Urbanization; Urban network.

Introdução

A reflexão sobre a dispersão espacial da população e interiorização da urbanização³ brasileira introduz uma espécie de debate intermitente, que sempre assume certa importância na mídia com a publicação dos dados preliminares dos últimos censos demográficos. Alguns analistas não percebem a necessidade de lançar lentes maiores sobre os tantos espaços de um país de dimensões continentais antes de fazer afirmações, não raro precipitadas. Recusam-se a enxergar o avanço do processo de interiorização da urbanização brasileira, como se o país estivesse condenado a viver dinamismo econômico e demográfico exclusivamente nas

¹ Professor Dr. do Programa de Pós-graduação do IGC/UFMG. e-mail: ralfomatos@yahoo.com.br

² Mestre em Geografia pelo IGC/UFMG e Professor na rede Municipal de Belo Horizonte. E-mail: ediramos73@hotmail.com

³De acordo com MATOS (2000) até a década de 1950 a rede urbana brasileira era fragmentada, esparsa, desarticulada, nucleada em faixas próximas do litoral, fortemente associada às heranças da economia primário-exportadora dos séculos anteriores. Contudo, desde então sua evolução ganhou desenvoltura e complexidade, abrangendo cidades de diversos tamanhos, além dos centros metropolitanos, em meio a uma expansão sem precedentes da malha viária, notadamente a partir da instalação do setor automotivo no país. A partir de fins dos anos 1960 e da década de 1970, a expansão da economia brasileira e os próprios efeitos inerciais do crescimento demográfico favoreceram o surgimento de várias aglomerações urbanas, o que fez expandir a rede urbana em um processo consistente de interiorização do desenvolvimento e de dispersão da população (primeiramente para as periferias urbanas próximas e depois em direção a núcleos urbanos que se formaram no interior do país). Tal processo é aqui denominado interiorização da urbanização.

grandes metrópoles⁴, que, aliás, se multiplicaram em demasia, “privilégio” que poucos países possuem.

A discussão sobre a interiorização da urbanização se fará aqui, sem a profundidade que o assunto requer, porquanto muitas bases de dados seriam necessárias para aferir tendências socioespaciais de tipo econômico-demográficas. Contudo, é um tanto evidente que a urbanização gera impactos sociais e territoriais variados, inclusive aqueles que implicam melhora das condições de vida, no emprego e na renda de parcelas expressivas da população. É também evidente que a urbanização no Brasil, em pouco mais de três décadas, veio acompanhada de mudanças nas atividades ocupacionais com a industrialização e o avanço do terciário, alterações no padrão de consumo e nos estilos de vida, reorientação política resultante do declínio das velhas oligarquias rurais. Nesse processo, o país assistiu a consolidação de paisagens artificiais resultantes da construção de grandes infraestruturas e edificações que exigiram muito cimento, aço, petróleo e outros minerais, além de um alto consumo energético. Paralelamente, o tamanho do Estado aumentou como nunca se cogitara antes, e hoje, mesmo após a forte privatização do período 1994-2002, a administração e a máquina pública permanecem fortes e atuantes, e, não obstante as diferentes posições teóricas sobre o tema, o Estado é um fator ainda determinante capaz de gerar variados incentivos econômicos, sem os quais a interiorização da urbanização se inviabiliza.

Esse debate deve ser permanentemente atualizado uma vez que certo tipo de evidência histórica deveria realimentar a reflexão teórica porque determinados fatos e eventos ao dinamizarem espaços sociais diferenciados também contribuem para a redefinição das teorias em ciências sociais, onde não se aplicam as regularidades e leis das ciências ditas exatas. As grandes mudanças da urbanização brasileira cotejadas pelos movimentos de ruptura a partir de 1930, pelas transformações dos governos Vargas e Kubitschek, pelo desenvolvimentismo interventor dos governos militares e pelos últimos decênios de governos civis (1985-2010) imprimiram profundas alterações nas estruturas do Estado e na configuração das classes sociais mais claramente identificáveis ao longo dos últimos 40 anos. Os processos de concentração e desconcentração da urbanização no país, por exemplo, cobrem boa parte desse período e mobilizaram vários estudiosos, tanto aqueles que entendiam que a urbanização hipertrofiada não poderia ser barrada (*“São Paulo não pode parar”*), acompanhadas pelo esvaziamento “necessário” das áreas rurais, quanto os que se dedicaram a prospectar os primeiros sinais da desconcentração econômico-espacial brasileira e apoiar políticas de Estado que estimulassem a interiorização da economia e o fortalecimento das cidades médias. Uns, além de acharem benfazeja a concentração e a acumulação de economias de aglomeração, entendiam que a pobreza rural desapareceria com a migração campo-cidade, e isso liquidaria com o poder das oligarquias agro fundiárias, outros, anteviam problemas inéditos com a urbanização massiva em poucos núcleos urbanos ao apontarem os efeitos nocivos das deseconomias de aglomeração e os novos antagonismos sociais, o que por si só,

⁴ Nesse momento, novamente ressurgiu esse debate, e os estudiosos que apostam no “paradigma” da metropolização rapidamente se posicionam com os dados já publicados. Os números do Censo de 2010 nos dizem que o país ultrapassou os 190 milhões de habitantes e cresceu à taxa de 1,17% a.a. nos últimos 10 anos (conforme tendência já apontada em vários estudos anteriores). Já nas áreas metropolitanas originais (estabelecidas com a lei complementar nº 14/1973, a saber São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Belém, Fortaleza e a do Rio de Janeiro, por lei complementar de 1974), o estoque de população manteve-se igual aos números de 2000, cerca de 70 milhões de pessoas. O que estatisticamente isso aponta em princípio? Crescimento zero das metrópoles. Embora relevantes em termos de participação relativa (36%), deixaram de crescer e os espaços que sustentam a taxa de 1,17% estão situados fora das metrópoles. Se criamos outras categorias de aglomerações urbanas, se inventamos novas metrópoles em cidades que não passam de cidades médias, esses números podem mudar, evidentemente, e a tese de interiorização da urbanização brasileira dilui-se ou perde força. Entretanto, as evidências continuam demonstrando que, a despeito da grande importância das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro e das novas regiões metropolitanas resultantes da Constituição de 1988 (algumas bem artificiais), novas áreas dinâmicas do interior do país irão continuar protagonizando o processo de desconcentração espacial da população.

justificaria a construção de políticas públicas voltadas à descompressão espacial e consequente fortalecimento das áreas urbanas de menor tamanho.

De todo o modo, talvez em razão de aspectos sociais e territoriais – grande extensão do país e grandes massas errantes sem acesso a terra –, as evidências de dispersão da urbanização ao lado da generalização dos processos de modernização da sociedade brasileira passaram a ganhar corpo e envolver milhões de pessoas que se submeteram a novas atividades ocupacionais entre 1950 e 1980. Se a industrialização foi marcante por décadas, o avanço do setor de serviços e a expansão das chamadas classes médias fazem parte de um rol de mudanças econômicas de largo alcance que engolfaram a incipiente sociedade urbano industrial que o país viu aflorar com mais intensidade desde os anos de 1960. Enquanto o crescimento demográfico gradativamente declinava, recrudesciam os movimentos migratórios de tipo campo-cidade até completar-se a transição urbana. A partir daí predominariam os fluxos de tipo cidade-cidade. Nesse contexto, a rede urbana se adensava, havia uma expansão sem precedentes dos meios de circulação no território brasileiro, surgiam novos polos urbanos, os fluxos migratórios se diversificavam, ocorria expressiva difusão espacial dos órgãos da administração pública e incrementavam-se fortemente em todo o país os serviços do alto e baixo terciário, ao lado do arrefecimento do crescimento dos núcleos metropolitanos.

Assim, é necessário dar foco à reconfiguração da rede de cidades e à emergência de cidades secundárias dinâmicas capazes de atrair atividades econômicas intersetoriais; capazes de reorientar fluxos migratórios de origem urbana, rural e metropolitana; capazes enfim de influírem na logística de circulação de pessoas e mercadorias.

As notas⁵ que se seguem evoluem de uma breve discussão teórica e conceitual de cidade e cidade média, incluindo, a análise de alguns elementos a serem considerados na definição de cidade média ou intermediária; prossegue na busca do entendimento dos papéis desempenhados por esse tipo de cidade na rede urbana nacional; e chega até a uma comparação entre as cidades médias dinâmicas da atualidade e as cidades que nucleiam metrópoles desde quando emergiram como fenômeno urbano nos anos de 1960 e 1970.

A cidade pensada teoricamente

A cidade bem poderia ser equivalente a um sonho humano imemorial, sustentado pela proximidade entre imaginação e sonho, mesmo que se escondam por trás dos sonhos medos e desejos em difíceis quebra-cabeças, como nos sugere Ítalo Calvino.

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (...) — As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas (CALVINO, 1999, p. 44)

Essa passagem de “As Cidades Invisíveis” ajuda a pensar as cidades da modernidade em seus múltiplos discursos? Durante algum tempo, acreditava-se que as cidades se desenvolviam “naturalmente”, como nos dizem os teóricos da *ecologia urbana* da Escola de Chicago. Outros afirmam ser a cidade o resultado de relações sociais de produção, como nas

⁵Grande parte das discussões apresentadas a seguir são fundamentadas no trabalho de dissertação: As Cidades Médias em Perspectiva, defendido junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG no 2º semestre de 2011.

sociedades capitalista, onde o espaço urbano não teria nada de natural, pelo contrário integrasse à uma lógica política e econômica maior.

De toda forma, a cidade é um tema complexo, pois envolve uma série de estruturas socioeconômicas e político-culturais interconectadas e de relevância variável no tempo e no espaço, nos longos fluxos e nos fixos breves ou duráveis, como nos sugerem Milton Santos (2004) e Fernand Braudel (1995).

A vertente teórica que postula ser a cidade o resultado de movimentos “espontâneos e naturais” desenvolveu-se nas primeiras décadas do século XX em Chicago e um de seus formuladores, Robert Park, estudava o comportamento humano especialmente diante da cidade grande em mudança. Park argumentava que para além da questão física, econômica e política, a cidade tinha outros elementos que eram determinantes no comportamento do homem urbano:

A cidade é algo mais que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos. (...) Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes, e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente, da natureza humana (PARK, 1973, p.26).

Park não ignorava que a cidade é também uma unidade econômica e sua organização é fundada na divisão do trabalho, base sobre a qual se daria a competição em seu espaço. O crescimento da cidade leva ao acirramento das rivalidades e assim as necessidades econômicas tenderiam a controlar a distribuição da população. Para o autor, as pessoas passariam a agir a partir de estímulos psicológicos, condicionados pelos efeitos da divisão do trabalho. O espaço urbano seria, então, o lugar ideal para se perceber esses processos de competição devido à concentração de indivíduos, movidos pela impessoalidade racional, e pelos interesses baseados no dinheiro.

Park e vários outros autores de fins do século XIX, fascinados com as descobertas de Charles Darwin, pensavam em seleção natural, crescimento e competição como fatores integrantes da “natureza da cidade”. Mas, Luis Wirth, contemporâneo de Park, enfatizava mais o fato de que a cidade é produto de um tipo de crescimento vertiginoso (WIRTH, 1973, p. 91). Afirmava que só nos grandes centros os contatos secundários tendem a substituir as relações primárias. Predominariam relações impessoais, superficiais, transitórias e segmentadas. A partir da análise do chamado “modo de vida” urbano, Wirth tentou demonstrar que a cidade possui uma lógica ecológica, onde se estabelece um modelo típico de relações sociais que estão sujeitas a mecanismos característicos de controle social.

As principais críticas a esta escola dizem respeito à superficialidade do pressuposto de a cidade resultar de movimentos espontâneos, naturais, e a consequente omissão da política e das relações de dominação entre classes. Contrapondo-se à Escola de Chicago, Castells (1980) propôs, ainda nos anos de 1970, uma visão da cidade como um “espaço de consumo coletivo”, onde se concentram trabalhadores e capitalistas.

A cidade capitalista, como dizia Jean Lojkin (1981, p.154) é “produto de uma dupla socialização: a das condições gerais de produção e a do espaço. Seria assim possível falar – a respeito do impacto global das atividades urbanas sobre a economia capitalista – de efeitos de aglomeração urbana”. O espaço urbano passa então a ser determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas. A maioria dos autores neomarxistas via os processos de urbanização como a manifestação espacial do processo de acumulação

capitalista, que necessitava de um suporte territorial que assegurasse a expansão dos meios de produção e o controle da força de trabalho assalariada. Nesse processo, o Estado ocupa lugar de destaque colocando-se como um agente a serviço do capital. A cidade é um ambiente construído e um nó de interseção da economia no espaço onde se dá a extração e concentração de grandes quantidades de mais-valia (GOTTDIENER, 1993, p. 94-95). O ambiente construído é transformado, essencialmente pelo capital intervencionista que age através dos governos. Assim, a cidade é encarada teoricamente como um processo, pois além de ser o resultado das relações sociais de produção, é ainda um meio a partir do qual se desenvolve o processo de acumulação capitalista.

Dentre os autores neomarxistas dos anos de 1970, o que mais avançou na análise da cidade e do urbano foi Henry Lefebvre. Ele trouxe uma visão do urbano e da cidade como um processo contínuo, em que o espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas. O espaço urbano deixa de ser visto apenas como receptáculo. Em sua definição de cidade Lefebvre reforça o valor de uso em oposição ao valor de troca, o que tornaria a cidade mais acessível e mais humana. Para ele,

As cidades são os centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte e monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é valor de troca. (...) A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e sua generalização tendem a destruí-la, ao subordiná-la a si (LEFEBVRE, 2004, p. 4,6).

Essa visão alcança uma perspectiva extraeconômica e difunde a ideia de que ao cidadão deveria ser assegurado o direito à cidade, e assim abrir-se-ia a possibilidade de emancipação social. Em suas palavras, “O direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas necessidades, em geral mal conhecidas, a certas funções menosprezadas, mas, por outro lado, transfuncionais: a necessidade de vida social e de um centro (...), a função simbólica do espaço.” (LEFEBVRE, 2008, p. 32).

No Brasil vários autores assumiram a perspectiva neomarxista como instrumento de análise da realidade social dos anos de 1970. Para Singer (1978, p.33) a cidade capitalista é um lugar de exclusão, onde não há espaço para os pobres, pois a propriedade privada do solo faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. A população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos de propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, o que favorecia as invasões, favelas, mocambos, etc. Concordando com Singer, Lúcio Kovarick (1975, p. 55) observa “que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida”, o que leva à expropriação de terras e instrumentos produtivos, e aos “investimentos, nos quais é preponderante a participação estatal, [que] visam quase sempre à lubrificação da engrenagem econômica. Seus recursos canalizados para a acumulação de capital acirram o processo de espoliação urbana”. De acordo com esses autores o Estado, por meio de suas políticas urbanas, estaria apenas exercendo seu papel de mantenedor da segregação, que é funcional, e, além disso, garantiria os modos pelos quais a ordem urbana se afirma.

Enfim, a visão da cidade como espaço de exclusão prevalecia, sendo o Estado um agente indispensável para dar vida a esse processo. No entanto, cabe refletir se a cidade, com o passar do tempo, de fato produz (e até que ponto) a pobreza ou se ela a absorve, já que a grande maioria das pessoas que migram para ela já era pobre em suas regiões de origem. Desta forma, a cidade pode também ser vista como lugar de inclusão, pois recebe uma enorme

quantidade de pessoas que estavam excluídas em suas regiões de origem, mas nas cidades conseguem, em muitos casos, ascender socialmente.

Alguns dos limites do marxismo já vinham sendo mostrados em trabalhos de Edward Soja, Henry Lefebvre ou David Harvey, embora certas determinações originárias da figura do *capital em geral* ou do Estado como instrumento da dominação da classe dominante prevalecessem entre eles. O fato é que nos últimos decênios, a vertente marxista vem sofrendo duras críticas no mundo inteiro, especialmente por conta de seu viés economicista. As lacunas deixadas pela pesquisa marxista abriram espaço para outras formas concorrentes de pensamento. Por exemplo, “redescobre-se, assim, que as práticas cotidianas apresentam uma coerência da qual se deve dar conta” (TOPALOV, 1988).

No Brasil contemporâneo, a complexidade dos problemas urbanos ganhou vulto e as grandes teorizações não alcançam transformações urbanas recentes. Explicar a maior heterogeneidade da pobreza e a maior complexidade do espaço urbano a partir de modelos muito gerais tornou-se insuficiente. Para Eduardo Marques (2005), as principais lacunas deixadas pela vertente marxista organizam-se, sobretudo, em três grandes direções que referem-se ao Estado, aos capitais que agem no urbano e ao estudo dos espaços periféricos. Segundo a visão dos marxistas do passado (principalmente os da década de 1970) “o Estado era pensado de forma única, monolítica e abstrata, e seus conteúdos e suas ações eram quase sempre explicados a partir dos interesses do capital em geral, dos capitalistas interessados na construção da cidade ou dos grupos sociais mais abastados” (MARQUES, 2005. p.27). Em relação aos capitais produtores do espaço urbano, a sociologia urbana marxista não os considerava verdadeiramente. Isso porque se discutia a importância do capital em geral para a explicação de várias dinâmicas sociais, ou seja, o capital era entendido como um conjunto de interesses sistêmicos, não sendo redutível a nenhum conjunto de atores concretos envolvidos com a produção capitalista. Para Marques, os capitais produtores do ambiente construído podem ser subdivididos em três grupos: “os envolvidos com a promoção imobiliária (proprietários de terra, construtores de edificações, financeiras, imobiliárias e incorporadoras), os construtores de infraestrutura urbana (viária, de drenagem e canalização, etc.) e os envolvidos com a promoção de serviços urbanos (como transporte e limpeza urbana)” (MARQUES, 2005. p. 28).

Diante das diversas interpretações sobre a cidade (ecologia urbana, economia política marxista, análises lefebvriana e pós-estruturalistas), fica evidente que a cidade continua sendo um objeto de estudo complexo e que carece de mais investimento teórico/empírico. Esse desafio não é diferente, quando o foco dos estudos é a cidade média, especialmente porque apresenta problemas comuns à maioria das grandes cidades, mas também internaliza especificidades que precisam ser mais bem discutidas.

As cidades médias

As cidades médias se tornaram um objeto de estudo relevante porquanto interagem com as formas de espacialização de diversos fluxos socioeconômicos, demográficos e simbólico-culturais. O aumento das pesquisas sobre cidades intermediárias e os estudos sobre o processo de desconcentração/descentralização da urbanização no país expressam o crescente interesse por esse campo temático, embora precisar conceitualmente sobre os significados e a definição de “cidade média” não seja algo trivial.

De acordo com Eduarda Marques da Costa (2002, p. 104), o termo “cidade média” e sua conceituação surgem pela primeira vez na França na década de 1960, como resultado das políticas de desconcentração de população e atividades integrantes do VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971–1975). Dentre seus principais objetivos, destacava-se a busca por uma distribuição mais equilibrada do emprego e desenvolvimento da região Oeste da França. O suporte territorial para a consecução plena desses objetivos

dependia da existência de uma rede urbana mais equilibrada, o que implicava reforçar o papel das cidades médias.

A partir dessas políticas, as cidades médias começam a ser tratadas como espaços estratégicos para o estabelecimento de redes urbanas mais equilibradas e passam a ser entendidas como estruturas urbanas capazes de catalisar processos de desenvolvimento regional.

As cidades médias no contexto das redes urbanas

A discussão em torno das redes de assentamentos humanos é relativamente antiga⁶ e remonta à antiga Mesopotâmia sob a centralização de Babilônia ou há aos romanos de cerca de 2000 anos atrás, quando a rede de cidades era estratégica para os administradores do império.

A elaboração teórica mais refinada desse tema se dá, entretanto, com Walter Christaller, quando postulava na década de 1930, a existência de uma rede hierarquizada de cidades resultante da oferta diferencial de bens e serviços de maior ou menor alcance espacial. Os centros ofertantes de serviços mais raros atendem à demanda de mais centros regionais, os quais, por sua vez, atendem ao consumo de localidades menores vizinhas oferecendo bens menos raros. Forma-se assim uma rede de relações econômicas espacialmente ordenadas, onde há os centros de “primeira ordem” que disponibiliza “serviços superiores”, e os de ordem inferior⁷.

Os estudos sobre redes urbanas evoluíram muito a partir de Christaller. Essas redes acompanham as mudanças estruturais da urbanização, direcionam ou redirecionam fluxos de diversos tipos e são espaços em movimento, articulados por fluxos multivariados: fluxos de pessoas, capitais, informações, ideias e culturas. Estão imbricadas pela técnica e pela história social, sendo, portanto, estruturas dinâmicas relativamente duráveis, “tradicionais ou modernas, que dão forma e sentido à vida de milhares de pessoas, famílias e instituições” (MATOS, 2003, p. 16).

Alan Pred, em seus estudos sobre o sistema de cidades⁸ nas economias adiantadas, já enfatizava, na década de 1970, o papel desempenhado pelas chamadas “organizações multilocacionais” (grandes empresas ou órgãos governamentais integrados por várias unidades funcionalmente diferenciadas e espacialmente separadas) na organização do território. Para ele, essas organizações geravam certas “tendências espaciais” na circulação e disponibilidade de informação especializada. Desta forma elas influenciavam a tomada de decisão quanto à localização e ao ajustamento de sistemas de população e de atividades. (PRED, 1979, p. 19).

Posteriormente, as novas tecnologias de informação e comunicação contribuíram para a formação, expansão e integração de um número cada vez mais amplo de empresas que passaram a operar a partir de novas estruturas, chamadas por Carlos Mattos de redes

⁶ Ver PINSKY, Jaime. As primeiras civilizações. São Paulo, contexto, 2005.

⁷ De acordo com a teoria dos lugares centrais de Christaller, publicada em 1933, os núcleos de povoamento hierarquizam-se entre si em função de dois mecanismos básicos: o mercado mínimo e o alcance espacial máximo dos bens e serviços.

⁸ O termo sistema de cidades utilizado por Alan Pred (1979) em seu livro “Sistema de Cidades em Economias Adiantadas” engloba “todas as unidades urbanas individuais, como quer que sejam definidas, de um país ou grande região, que estejam economicamente ligadas a uma ou mais unidades do mesmo país ou região. Mais precisamente, um sistema de cidades é definido como um conjunto nacional ou regional de cidades que são de tal forma interdependentes que qualquer mudança significativa nas atividades econômicas, estrutura ocupacional, renda total ou população de uma cidade-membro provoca direta ou indiretamente modificações nas atividades econômicas, na estrutura ocupacional, na renda total ou na população de um ou mais membros do conjunto. (...) A interdependência econômica das cidades sempre tem uma contrapartida em termos de interação. (PRED, 1979, p. 13).

Transfronteiriças (RTF). De acordo com esse autor as empresas-rede estariam investindo seus capitais em um crescente número de atividades e territórios. Segundo MATTOS,

Esse processo levou ao surgimento e reforço de novas áreas metropolitanas e novas centralidades no território, mediadas por “duas tendências simultâneas e complementares: por um lado, uma ampla dispersão territorial (...), por outro, a concentração em determinados locais das funções de comando e coordenação (...). Em outras palavras, ao se globalizarem, as RTF tiveram de dispersar seus nodos, mas também foram obrigadas a concentrá-los em um determinado número de lugares estrategicamente selecionados” (MATTOS, 2004, p. 163).

Para o autor, este fenômeno contribuiu para afirmar uma nova morfologia territorial de tipo tentacular na maioria das cidades latino-americanas, o que fortaleceu a tendência a uma “metropolização expandida ou dilatada”.

Uma descrição semelhante encontra-se na tese da urbanização concentrada e estendida inspirada nas ideias de Lefebvre e adotada por Monte-Mór (2003, p. 262): a urbanização extensiva⁹ implica avanço do tecido urbano sobre o espaço rural, redefinindo-o e integrando-o ao sistema urbano industrial orientado pelas aglomerações metropolitanas. No Brasil haveria um duplo padrão de urbanização: “De um lado, um adensamento regional e uma concentração populacional em grandes e médias áreas urbanas (...) de outro lado, a extensão da urbanização sobre amplos espaços regionais por meio das redes de transportes, comunicação e serviços que integram as múltiplas e distintas espacialidades e (re) qualificam as relações urbano-rurais, mudando a natureza da urbanização no Brasil.” O resultado é: a expansão e proliferação das aglomerações urbanas, metropolitanas ou não, com ampliação de áreas conurbadas; a multiplicação da urbanização concentrada em vários centros urbanos isolados em todas as regiões do país (capitais estaduais e cidades médias) e por fim, a proliferação de centros urbanos pequenos e médios articulados em novos arranjos socioespaciais.

Participando deste debate, Milton Santos (2004) ressalta a importância das estruturas técnicas para a integração dos diversos espaços. Em sua avaliação, isso se daria a partir do meio técnico-científico-informacional¹⁰. A técnica teria um peso decisivo no controle dos processos produtivos, tanto no nível local, como no global.

A possibilidade de interdependência entre os diversos espaços se daria a partir de materialidades técnicas que interligam o local e o global. Essa interdependência se desenvolve no interior das redes e promove a circulação de diversos fluxos, desde fluxos de mercadorias e pessoas até os fluxos de capital, informação e cultura.

A urbanização brasileira nas últimas décadas associa-se com a densificação das redes urbanas e redução do crescimento das grandes metrópoles, o que não quer dizer que as

⁹ O conceito de Urbanização Extensiva desenvolvido por Monte-Mór a partir da teoria de Lefebvre é utilizado para se referir a materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das dimensões sócio-política e cultural intrínsecas a polis. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o urbano – que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço onde as condições gerais (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade burocrática de consumo dirigido, carregando, entretanto, no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade. (MONTE-MÓR, 2003, p.262).

¹⁰ O meio técnico-científico-informacional é definido por Milton Santos (2004) como “o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhe vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção.” Para Santos, “essa união entre a ciência e a técnica vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global. Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação, e na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação.” (SANTOS, 2004, p. 234-239).

metrópoles estejam vivendo uma espécie de involução social e econômica. Nesse debate pode-se dizer que o

Processo de urbanização no Brasil, de fato, interiorizou-se por amplos espaços regionais sem com isso provocar a desmetropolização (já que as metrópoles prosseguem fortes, centrais e se reproduzindo); expandiu-se por redes geográficas de diversos tipos unindo cidades muito diversificadas funcionalmente; fez emergir protagonistas de peso no rol das chamadas cidades médias (algumas transformadas em “regiões metropolitanas”); fez surgir uma plêiade de pequenas cidades associadas à pluriatividade em expansão no chamado “novo rural”; deu vazão e ofereceu alternativa espacial ao processo de desconcentração econômica e demográfica das últimas décadas (MATOS, 2005, p. 34).

Com base nas redes ocorrem desordens e reordenamentos no território, “já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros”. (SANTOS, 2004, p. 279). A despeito da materialidade que salta aos olhos, a rede é também social e política, considerando-se as pessoas, mensagens e valores que a frequentam. Daí o destaque que Milton Santos dá à fluidez como meio de ampliar a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro. A fluidez baseada nas redes técnicas se transforma em um dos suportes da competitividade entre lugares e economias porque é na intercessão da circulação no interior das redes e de seus fluxos formadores que cidades crescem ou estancam. Todo esse movimento, por sua vez, pode fazer surgir uma intensa vida de relações que já não é exclusiva das metrópoles ou grandes cidades, e que pode ser encontrada também nas cidades médias.

Cidades médias como nódulos de equilíbrio da rede de cidades

No Brasil, os estudos acerca das cidades médias, como centros de equilíbrio da rede urbana, remontam à década de 1960. De acordo com Corrêa,

a partir de meados da década de 1960, no âmbito do recém-criado sistema de planejamento, que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais, a exemplo dos polos de desenvolvimento e das regiões-programa, estabeleceu-se a noção “cidade de porte médio”, barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos (CORRÊA, 2006, p. 4).

As cidades médias teriam a função de contenção dos fluxos migratórios direcionados às grandes metrópoles. Mas, tal como na França, o contexto a partir do qual esses estudos ganham força no Brasil, relacionava-se às políticas públicas que procuravam incentivar a redistribuição espacial da população brasileira e, por extensão, a *reversão*¹¹ da polarização industrial. Desta forma, o aspecto demográfico passava a ser um parâmetro conceitual e elemento balizador de identificações tipológicas na maioria dos estudos.

A população urbana brasileira se redistribuía mais fortemente pelo país desde 1970 – dez anos após a fundação de Brasília – e as cidades médias cumpriram um papel decisivo nesse processo, por força de gradativas mudanças no padrão locacional do emprego no Brasil. As alterações mais visíveis no movimento migratório nacional faziam parte dessas mudanças,

¹¹ O termo “reversão da polarização” é utilizado por Redwood (1984), para se referir a desconcentração urbana no Brasil e a multiplicação de cidades secundárias ou de tamanho médio no âmbito da rede urbana nacional. Para ele a desconcentração das atividades urbano-industriais era motivada, sobretudo pelas vantagens comparativas oferecidas por essas cidades. Os fluxos de capital (investimento) e trabalho (migrações) se orientavam para fora da metrópole central até as cidades secundárias, induzindo taxas relativamente mais rápidas de crescimento econômico e demográfico nestas cidades.

ao lado da expansão das fronteiras agrícolas e de extração de recursos naturais e da política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas (ANDRADE e SERRA, 1998, p. 3).

O dinamismo demográfico das cidades médias não metropolitanas associava-se, principalmente, ao papel indutor da desconcentração industrial, reflexo do surgimento de economias de aglomeração¹² nessas cidades. Enquanto algumas das cidades médias tornam-se atraentes do ponto de vista econômico, várias das grandes cidades passavam a conviver com deseconomias de aglomeração, o que impulsionava o processo de desconcentração¹³.

As cidades médias vinham angariando relevância nas diretrizes de desenvolvimento no país desde o II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil (II PND de 1975), que dedicou um capítulo específico à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), traçando estratégias para os centros urbanos de porte médio. O objetivo era desconcentrar a população e as atividades econômicas, criar empregos e reduzir as disparidades socioeconômicas regionais. A essas estratégias, seguiu-se no período de 1980/85 uma nova política urbana que serviria de subsídio aos objetivos relacionados às dimensões inter e intraurbanas do III PND. Explicitava-se a necessidade de melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas, nos marcos de uma estruturação de um sistema de cidades equilibrado e harmonizado obedecendo a um elenco de prioridades setoriais e regionais de desenvolvimento para o Nordeste, Norte e Centro-oeste. Além disso, o planejamento já mencionava a melhoria da qualidade de vida urbana, por meio da oferta de investimentos setoriais em habitação, transporte urbano e saneamento básico.

Parece não haver dúvidas quanto ao fato de que, independente dos critérios de definição conceitual, as cidades de porte médio se apresentam como nódulos-chaves nas redes urbanas. Nos países que experimentam profundas reestruturações internas de seu espaço territorial elas poderiam atuar na mitigação das disparidades regionais e contribuir para a formação de um sistema urbano mais equilibrado. No entender de Amorim Filho e Serra (2001), as cidades médias constituem uma alternativa importante aos moradores não apenas das pequenas cidades, como também das grandes cidades:

Aos moradores dos grandes centros, as vantagens que as cidades médias podem oferecer são inúmeras: menores índices de criminalidade; reduzido tempo despendido para se ir ao trabalho; menores níveis de poluição atmosférica; aluguéis mais acessíveis e maior oferta de áreas verdes. Para o morador interiorano, essas cidades podem ser valorizadas pela oferta de emprego, pela existência de infraestrutura básica, pelas oportunidades de acesso à informação, e pelos melhores recursos educacionais. Enfim, pela existência de bens e serviços essenciais à ascensão material e intelectual de seus moradores (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 1).

Além de serem elementos articuladores da rede urbana nacional e regional, as cidades médias pareciam ser decisivas nas políticas de redução das desigualdades socioespaciais, além de intermediar a relação entre as grandes cidades, as pequenas cidades e o meio rural regional. Amorim Filho e Serra (2001, p.28) chegam a usar o termo “pivôs de articulação” para se referir ao papel que as cidades médias protagonizam.

¹² As economias de aglomeração representam variados tipos de benefícios para as firmas, pois propiciam a redução dos custos de comunicação com fornecedores, compradores e agentes públicos, influem positivamente nas necessidades de estoques (matéria-prima, manutenção etc.) e de trabalho especializado, configurando, enfim, uma série de fatores que tendem a se reforçar mutuamente à medida que a área urbana se expande, ampliando-se a escala, a complexidade e a diversificação econômica. Matos (1995).

¹³ Neste debate, a análise dos processos de concentração e desconcentração reforça o papel das cidades médias, pois além de serem capitais fixos e mercados em expansão, constituem alternativa ao quadro de precariedades das grandes metrópoles, onde há carência de empregos, piora da qualidade de vida, aumentos de valores imobiliários urbanos, déficit de serviços essenciais, poluição e violência urbana (MATOS, 2000, p. 9).

Contudo, para que isso se realizasse, seria necessário considerar a existência de alguns condicionantes, tais como: dimensão populacional, posição geográfica estratégica, desenvolvimento e expansão de corredores de transportes e comunicações, assim como, uma multiplicidade de redes que possam facilitar e garantir esta articulação.

Assim, para se firmarem como polo de atração, tanto de pessoas, quanto de investimentos, essas cidades deveriam estabelecer novas formas de produção e desenvolvimento no território, como fruto de um processo inovador. A presença de recursos e agentes locais capacitados – algo extremamente difícil de encontrar em muitos lugares – acaba se tornando condição básica para o desenvolvimento e manutenção de canais institucionais e empresariais.

Os laços multivariados, dinâmicos e intrincados da formação em rede, as clivagens políticas e extraeconômicas, as articulações interescolares parecem ser o maior incentivo à manutenção dos laços e crescente integração de novos atores à formação em rede.

Cidade média: uma definição espacialmente complexa

Dentre os critérios utilizados na conceituação de “cidade média”, o mais utilizado é o demográfico, não obstante as ressalvas quanto à sua utilização. Mesmo os critérios considerados oficiais apresentam-se divergentes no Brasil e no resto do mundo. De acordo com João Batista de Deus (2004), para a ONU, as cidades médias estão agrupadas em assentamentos urbanos, cujas populações encontram-se na faixa de 100 mil a um milhão de habitantes. No Brasil, o IBGE considera cidades médias as unidades urbanas com população entre 100 e 500 mil habitantes.

A dificuldade maior ao usar o critério demográfico está no fato de ele agregar cidades com características díspares. Além disso, limites populacionais classificatórios podem variar de região para região. Cidades com menos de 50 mil habitantes, localizadas em regiões de população pequena e esparsa, podem cumprir muito bem o papel de cidade média da região, algo impossível de acontecer em regiões urbanizadas dotadas de muitas cidades maiores e vida econômica muito mais complexa.

Contudo, apesar dos estudos sobre as cidades médias avançarem para além da dimensão demográfica, não se pode desconsiderar que o país ingressou em um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual a população é variável chave. Neste sentido, considera-se que a análise da questão demográfica continua sendo importante, principalmente se quisermos rastrear movimentos migratórios e suas implicações na economia, na cultura, e mesmo na política urbana.

Nas décadas de 1970/80 as cidades médias eram conceituadas como aquelas que, por sua posição geográfica, população, hierarquia, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial. Steinberger e Bruna (2001, p. 51).

Já para Corrêa (2006), na construção de um objeto de estudo sobre as cidades médias conviria analisar a combinação de características como tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intraurbano, sem, contudo, perder de vista o contexto geográfico em que elas se inserem. Para ele, é preciso ainda considerar três elementos, essenciais: a presença de uma “elite empreendedora”, a localização relativa e as interações espaciais. Corrêa atribui importância às elites empreendedoras, porque acrescentariam um componente político/cultural ainda pouco explorado por outros autores.

Os esforços por uma definição conceitual de cidade média têm avançado em outras direções, não se limitando somente ao reconhecimento de sua funcionalidade no sistema urbano-regional. Mais recentemente, fazem-se presentes no debate alguns estudos voltados

para o domínio cultural e social. E. Costa (2002) considera que seria importante valorizar critérios que ilustrassem e/ou representassem o nível cultural e social das cidades, de modo a distingui-las das grandes metrópoles, sendo necessário recorrer a alguns aspectos subjetivos relacionados com a qualidade de vida, modos de vida das famílias, quotidianos e valores.

Os critérios utilizados para identificação das hierarquias na rede de cidades privilegiam características demográficas e elementos de estruturação e integração existente entre os centros urbanos. A cidade média deveria estar apta a fazer a ligação do sistema metropolitano com as hierarquias menores da rede de cidades, e, como vimos, é nessa direção que caminha a maioria das definições sobre as cidades médias.

Diante disso, as análises nesse campo temático se fazem necessárias a fim de desmistificar certas classificações que insistem em nomear algumas cidades médias como metrópoles. É sabido que há cidades secundárias que apresentam características incipientes de uma metrópole, como a conurbação, porém, ainda estão longe de atingir o nível de desenvolvimento de uma verdadeira metrópole. Para Davidovich (2000, p.1), tem havido decisões artificiais sobre essa questão a despeito da reconfiguração do ambiente construído e da “superação da forma-cidade tradicional e também da metrópole”. As novas tecnologias e globalização da economia requisitam altos níveis “de densidade de recursos humanos e econômicos, infraestrutura e equipamentos técnicos, condições superiores para a atração de negócios e empresas”. Para Meyer (2000, p.5), “a metrópole contemporânea é, ao mesmo tempo, uma forma de organização da força de trabalho qualificada (...), uma estrutura econômico-financeira, um mercado, um centro global de poder político e um centro de irradiação de conhecimento e cultura”. As atuais cidades de porte intermediário virão atingir tais níveis de desenvolvimento e complexidade? Talvez fosse mais útil trabalhar com outras conceituações que facilitassem o entendimento da questão, ao invés de reforçar a artificialidade que percorre a instituição de regiões metropolitanas em espaços onde de fato não há uma metrópole.

Para onde vão as Cidades Médias brasileiras?

A problematização dessa questão sugere proceder a algum tipo de análise empírica que possa mostrar se as cidades médias crescem demograficamente em ritmo alto e de forma sustentável e se, nas últimas décadas, estariam alcançando limiares de acomodação de seu crescimento. Afinal há cidades médias que se tornarão metrópoles no interior do país? Para uma resposta preliminar convém selecionar as cidades intermediárias mais dinâmicas demográfica e economicamente e tecer alguma forma de comparação com as principais metrópoles brasileiras cotejando os períodos de maior crescimento.

Uma definição instrumental em termos de pesquisa, tendo em conta parte das referências antes assinalada, pode ser adotada considerando as cidades médias como centros urbanos não metropolitanos detentores de economias de aglomeração que as habilitam a receber e fixar migrantes e desempenhar a função irradiadora de inovações em suas áreas de influência. Um tamanho demográfico situado entre classificação da ONU (100 mil a 1 milhão de habitantes) e IBGE (100 mil a 500 mil habitantes) pode ser adotado ao considerar os limites entre 100 mil e 750 mil habitantes.

No exercício que se segue, o município¹⁴ foi tomado como recorte espacial para uma análise preliminar aproximativa das cidades médias brasileiras nas últimas décadas. Para a

¹⁴ Utilizar-se-á aqui o conceito de município para se referir à cidade média porque a população dos municípios que sediam cidades médias é proporcionalmente muito expressiva na população total do município. A definição de município segundo o IBGE refere-se a espaço geográfico que pode agregar áreas urbanas, suburbanas e rurais pertencentes ao controle de uma cidade (sede da administração municipal). A definição de cidade, do ponto de vista demográfico, adotada pelo IBGE refere-se a qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de

comparação com as metrópoles tradicionais, foram tabuladas as taxas de crescimento demográfico dos *municípios-núcleo* das metrópoles em seus períodos de auge. Os municípios médios dinâmicos, objeto dessas comparações, resultaram de pesquisa realizada no Laboratório de Estudos Territoriais¹⁵, cuja seleção inicial se fez considerando tamanho demográfico, desde que atendessem aos seguintes outros critérios: i) apresentassem crescimento positivo do emprego formal no período 1991-2000 (dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS); ii) apresentassem crescimento demográfico entre 1991 e 2000; iii) ostentassem crescimento do PIB entre 1999 e 2002; iv) não pertencessem a nenhuma região metropolitana tradicional. Esses critérios visaram a seleção de municípios economicamente dinâmicos, não afetados pela proximidade física de um grande centro urbano metropolitano. Com isso, a pesquisa procurou expressar, de forma razoável, a localização e dispersão geográfica das principais cidades médias do território brasileiro, o que resultou em um conjunto de 213 municípios médios. Nesse artigo, essa seleção foi refinada mediante exclusão de municípios que sediavam capitais estaduais e regiões metropolitanas tradicionais chegando-se a 103 municípios. É evidente que boa parte dessas localidades concentra-se no eixo Sul/Sudeste conforme mostra a tabela 1.

A fim de explorar o que nos dizem os dados relativos ao tamanho populacional, bem como as taxas de crescimento geométrico da população, procura-se verificar existência de padrões de crescimento das cidades médias e das metrópoles. Afinal o crescimento demográfico das cidades médias é compatível com o crescimento demográfico das cidades que nucleiam metrópoles no seu período de auge? Nos casos em que a resposta se mostrar positiva é possível apontar municípios médios que tendem a sediar áreas metropolitanas, dada a intensidade do crescimento demográfico e econômico, sobretudo se se mantiver no tempo.

A análise do crescimento geométrico da população dos municípios *cores* das nove regiões metropolitanas indica uma regularidade nas taxas: há um pico de crescimento no período de 1950/60, quando a média de crescimento situou-se em torno de 4,86% a.a. (Tabela 2). A partir daí houve uma queda sistemática nas taxas até atingir a média anual de 0,81% entre 2000/10. Chega a ser surpreendente constatar que dos nove municípios-core apenas Fortaleza cresceu mais que 1% a.a. entre 2000 e 2010, ultrapassando a média brasileira da década (1,18% a.a.). Cidades como Belo Horizonte e Porto Alegre, que já lideraram o crescimento das capitais brasileiras no século XX cresceram muito pouco, 0,59% a.a. e 0,35% a.a. respectivamente. Os dados de 2010 deixam evidente: os municípios sedes das regiões metropolitanas originais estão crescendo muito menos que no passado¹⁶. Desde a década anterior o declínio de vários desses municípios já era notável, a exemplo de Belém, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, tendência que se generalizou no decênio 2000/2010.

município, independentemente de seu número de habitantes, sendo a parte urbanizada de seus distritos considerados prolongamentos destas cidades. Apesar de muitas vezes serem utilizados como sinônimos, tecnicamente a cidade é a parte urbana de um município, onde está situada a sede deste.

¹⁵ A pesquisa “Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual”, financiada pela Finep, foi desenvolvida no Laboratório de Estudos Territoriais (Leste) do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG.

¹⁶ Entre 1960 e 1970, o país cresceu à taxa 2,9% ao ano e agregou 23.516.240 pessoas à sua população em 10 anos. Esses nove municípios contribuíram para isso com quase 4,3 milhões de pessoas (22,4% do acréscimo total). Entre 2000 e 2010, o país agregou 21.165.106 pessoas à sua população e os mesmos nove municípios contribuíram com cerca da metade da proporção anterior, 11,3%, o que se traduziu em um aumento de pouco mais de 2,4 milhões de habitantes nas principais áreas metropolitanas no país.

TABELA 1 - Brasil: 1950/2010. População Residente e taxa de crescimento geométrico anual da população de municípios médios selecionados –1950 a 2010

Município	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	50/60	60/70	70/80	80/91	91/00	00/10
S. José dos Campos	44804	77533	148332	287513	442370	539313	629921	5,64	6,7	6,84	3,99	2,23	1,57
Ribeirão Preto	92160	147361	212879	318544	436682	504923	604682	4,81	3,75	4,11	2,91	1,63	1,82
Uberlândia	54984	88282	124706	240967	367061	501214	604013	4,85	3,51	6,81	3,9	3,52	1,88
Sorocaba	93928	138323	175677	269888	379006	493468	586625	3,95	2,42	4,39	3,13	2,98	1,74
Feira de Santana	107205	141757	187290	291506	406447	480949	556642	2,83	2,82	4,52	3,07	1,89	1,47
Juiz de Fora	126989	182481	238510	307534	385996	456796	516247	3,69	2,71	2,57	2,09	1,89	1,23
Joinville	43334	70687	126058	235803	347151	429604	515288	5,01	5,96	6,46	3,58	2,4	1,84
Londrina	71412	134821	228101	301696	390100	447065	506701	6,56	5,4	2,84	2,36	1,53	1,26
Campos dos Goytac.	237633	292292	318806	348542	389109	406989	463731	2,09	0,87	0,9	1,01	0,5	1,31
Caxias do Sul	58594	102702	144871	220553	290925	360419	435564	5,77	3,5	4,29	2,55	2,41	1,91
São José R. Preto	65852	84039	122134	188599	283761	358523	408258	2,47	3,81	4,44	3,78	2,63	1,31
Moji das Cruzes	61553	100194	138751	197935	273175	330241	387779	4,99	3,31	3,62	2,97	2,13	1,62
Campina Grande	173206	207445	195303	247827	326307	355331	385213	1,82	-0,6	2,41	2,53	0,95	0,81
Jundiá	69165	118874	169076	258809	289269	323397	370126	5,57	3,59	4,35	1,02	1,25	1,36
Piracicaba	87835	116190	152505	214307	283833	329158	364571	2,84	2,76	3,46	2,59	1,66	1,03
Montes Claros	71736	132502	116486	177302	250062	306947	361915	6,33	-1,28	4,29	3,18	2,3	1,66
Maringá	-	104131	121374	168232	240292	288653	357077	-	1,54	3,32	3,29	2,06	2,15
Bauru	65452	93980	131936	186659	261112	316064	343937	3,68	3,45	3,53	3,1	2,14	0,85
Anápolis	50338	68732	105029	180012	239378	288085	334613	3,16	4,33	5,54	2,62	2,08	1,51
Pelotas	127641	178265	207869	259994	291100	323158	328275	3,4	1,55	2,26	1,03	1,17	0,16
Franca	53485	68027	93638	148990	233098	287737	318640	2,43	3,25	4,75	4,15	2,37	1,03
Caruaru	102877	106231	142653	172532	213697	253634	314912	0,32	2,99	1,92	1,96	1,92	2,19
Ponta Grossa	53578	90889	126940	186656	233984	273616	311611	5,43	3,4	3,93	2,08	1,75	1,31
Blumenau	48108	67092	100275	157251	212025	261808	309011	3,38	4,1	4,6	2,75	2,37	1,67
Vitória da Conquista	96664	143486	125573	170619	225091	262494	306866	4,03	-1,32	3,11	2,55	1,72	1,57
Uberaba	69434	87833	124490	199208	211824	252051	295988	2,38	3,55	4,81	0,56	1,95	1,62
Santarém	60229	93151	135215	191945	265062	262538	294580	4,46	3,8	3,57	2,98	-0,11	1,16
Petrolina	27330	35517	61252	104297	175406	218538	293962	2,65	5,6	5,47	4,84	2,47	3,01
Cascavel	-	39598	89921	163470	192990	245369	286205	-	8,55	6,16	1,52	2,7	1,55
Limeira	46281	60719	90963	150561	207770	249046	276022	2,75	4,12	5,17	2,97	2,03	1,03
Gov. Valadares	60958	122209	162020	196117	230524	247131	263689	7,2	2,86	1,93	1,48	0,78	0,65
Santa Maria	83001	120975	156609	181571	217592	243611	261031	3,84	2,62	1,49	1,66	1,26	0,69
Mossoró	40681	57690	97245	145981	192267	213841	259815	3,55	5,36	4,15	2,54	1,19	1,97
Volta Redonda	-	88740	125295	183620	220305	242063	257803	-	3,51	3,9	1,67	1,05	0,63
Foz do Iguaçu	16421	28212	33966	136352	190123	258543	256088	5,56	1,87	14,9	3,07	3,47	-0,10

QUESTÃO

V.08 ♦ N. 02 ♦ 2015

pág. 72-92

Juazeiro do Norte	56146	68494	96047	135620	173566	212133	249939	2,01	3,44	3,51	2,27	2,25	1,65
Imperatriz	14064	39331	80827	220079	276502	230566	247505	10,8	7,47	10,5	2,1	-2	0,71
Ipatinga	-	-	47882	150318	180069	212496	239468	-	-	12,1	1,66	1,86	1,20
Marabá	11130	20332	24474	59881	123668	168020	233669	6,21	1,87	9,36	6,82	3,46	3,35
São Carlos	47731	62045	85425	119535	158221	192998	221950	2,66	3,25	3,42	2,58	2,23	1,41
Marília	86844	90884	98176	121768	161149	197342	216745	0,46	0,77	2,18	2,58	2,28	0,94
Sete Lagoas	24868	41656	66585	100618	144014	184871	214152	5,29	4,8	4,21	3,31	2,81	1,48
Arapiraca	37073	56872	94287	136178	164921	186466	214006	4,37	5,19	3,74	1,76	1,37	1,39
Divinópolis	32361	53340	80344	117333	151462	183962	213016	5,12	4,18	3,86	2,35	2,18	1,48
Araraquara	62688	82898	100438	128122	166731	182471	208662	2,83	1,94	2,46	2,42	1,01	1,35
Presid. Prudente	60903	72782	105707	136849	165484	189186	207610	1,8	3,8	2,62	1,74	1,5	0,93
Macaé	54873	58805	65318	75863	100895	132461	206728	0,69	1,06	1,51	2,63	3,07	4,55
Itabuna	147730	118417	112721	153339	185277	196675	204667	-2,19	-0,49	3,13	1,73	0,67	0,40
Juazeiro	34416	40742	61648	118175	128767	174567	197965	1,7	4,23	6,72	0,78	3,44	1,27
Rio Grande	77915	100378	116488	146114	172422	186544	197228	2,57	1,5	2,29	1,52	0,88	0,56
Dourados	22834	84955	79186	106500	135984	164949	196035	14	-0,7	3,01	2,25	2,17	1,74
Rondonópolis	-	22554	62086	81375	126627	150227	195476	-	10,7	2,74	4,1	1,92	2,67
Criciúma	50854	62650	81452	110597	146320	170420	192308	2,11	2,66	3,11	2,58	1,71	1,22
Cach.de Itapemirim	81082	91564	100010	123686	143449	174879	189889	1,22	0,89	2,15	1,36	2,23	0,83
Sobral	70011	73716	102197	118024	127489	155276	188233	0,52	3,32	1,45	0,7	2,21	1,94
Rio Claro	47073	60681	78040	110202	138243	168218	186253	2,57	2,55	3,51	2,08	2,2	1,02
Cabo Frio	16176	27441	44379	70961	84915	126828	186227	5,43	4,92	4,81	1,65	4,56	3,92
Passo Fundo	101887	93179	93850	121155	147318	168458	184826	-0,89	0,07	2,59	1,79	1,5	0,93
Chapecó	96624	51981	49865	83772	123050	146967	183530	-6,01	-0,41	5,32	3,56	1,99	2,25
Itajaí	52057	55515	63139	86456	119631	147494	183373	0,65	1,3	3,19	3	2,35	2,20
Nova Friburgo	47755	70145	90420	123383	167081	173418	182082	3,92	2,57	3,16	2,79	0,41	0,49
Araçatuba	59452	81263	108512	129307	159557	169254	181579	3,17	2,93	1,77	1,93	0,66	0,71
Barra Mansa	70880	63814	101660	154719	172216	170753	177813	-1,04	4,77	4,29	0,98	-0,09	0,41
Rio Verde	24731	40390	55697	74699	96309	116552	176424	5,03	3,27	2,98	2,34	2,14	4,23
Luziânia	19657	27884	32807	92817	207674	141082	174531	3,56	1,64	11	7,6	-4,2	2,15
Castanhal	14261	21618	37910	65246	102071	134496	173149	4,25	5,78	5,58	4,15	3,11	2,56
Angra dos Reis	20929	28773	40276	57869	85571	119247	169511	3,23	3,42	3,69	3,62	3,76	3,58
Guarapuava	67436	96947	110903	158585	159634	155161	167328	3,7	1,35	3,64	0,06	-0,32	0,76
Lages	77234	121027	128728	155295	151235	157682	156727	4,59	0,62	1,89	-0,24	0,46	-0,06
Caxias	107347	129271	88334	125509	145725	139756	155129	1,88	-3,74	3,57	1,37	-0,46	1,05
Poços de Caldas	25237	38743	57565	86971	110123	135627	152435	4,38	4,04	4,21	2,17	2,34	1,18
Jequié	90155	112940	100174	116867	144772	147202	151895	2,28	-1,19	1,55	1,97	0,19	0,31
Araguaína	-	10826	37780	72063	103315	113143	150484	-	13,3	6,67	3,33	1,01	2,89

QUESTÃO

V.08 ♦ N. 02 ♦ 2015

pág. 72-92

Bragança Paulista	51623	69152	63676	84050	108980	125031	146744	2,97	-0,82	2,81	2,39	1,54	1,61
Parnaíba	49369	63496	79216	102174	127929	132282	145705	2,55	2,24	2,58	2,06	0,37	0,97
Itapetininga	38181	47800	63606	84381	105132	125559	144377	2,27	2,9	2,87	2,02	1,99	1,41
Alagoinhas	52007	75422	77963	102166	116894	130095	141949	3,79	0,33	2,74	1,23	1,2	0,88
Linhares	29381	65418	92329	123163	119690	112617	141306	8,33	3,51	2,92	-0,26	-0,67	2,30
Abaetetuba	36587	45080	57520	74541	99989	119152	141100	2,11	2,47	2,63	2,71	1,97	1,71
Paranaguá	24638	38825	62327	81971	107675	127339	140469	4,65	4,85	2,78	2,51	1,88	0,99
Patos de Minas	64244	97286	76211	86121	102946	123881	138710	4,24	-2,41	1,23	1,64	2,08	1,14
Teixeira de Freitas	-	-	-	-	85547	107486	138341	-	-	-	-	2,57	2,56
Jaú	44141	54161	56301	74012	94116	112104	131040	2,07	0,39	2,77	2,21	1,96	1,57
Pouso Alegre	28731	27763	38072	57362	81836	106776	130615	-0,34	3,21	4,18	3,28	3	2,04
Vitória de Sto Antônio	75946	88993	80537	93198	106848	117609	129974	1,6	-0,99	1,47	1,25	1,07	1,00
Garanhuns	101471	113392	71623	87038	103341	117749	129408	1,12	-4,49	1,97	1,57	1,46	0,95
Botucatu	41264	44767	51954	64545	90761	108306	127328	0,82	1,5	2,19	3,15	1,98	1,63
Barbacena	68285	66545	73898	86391	99954	114126	126284	-0,26	1,05	1,57	1,33	1,48	1,02
Uruguaiana	48773	63713	74613	91498	117456	126936	125435	2,71	1,59	2,06	2,3	0,87	-0,12
Varginha	23555	33579	43628	64904	88022	108998	123081	3,61	2,65	4,05	2,81	2,4	1,22
Apucarana	88977	66091	69302	80245	95064	107827	120919	-2,93	0,48	1,48	1,55	1,41	1,15
Santa Rita	42929	47325	53357	68227	94413	115844	120310	0,98	1,21	2,49	3	2,3	0,38
Santa Cruz do Sul	69605	76854	86787	99645	117773	107632	118374	1	1,22	1,39	1,53	-1	0,96
Codó	59657	71781	93003	108966	111967	111146	118038	1,87	2,62	1,6	0,25	-0,08	0,60
Bagé	64923	77392	90280	100133	118967	118767	116794	1,77	1,55	1,04	1,58	-0,02	-0,17
Ji-Paraná	-	-	-	121714	97799	106800	116610	-	-	-	-1,97	0,98	0,88
Cons. Lafaiete	47327	55567	50960	72445	89059	102836	116512	1,62	-0,86	3,58	1,89	1,61	1,26
Catanduva	44431	49513	58251	72865	93317	105847	112820	1,09	1,64	2,26	2,27	1,41	0,64
Barretos	50249	59204	65574	72768	95414	103913	112101	1,65	1,03	1,05	2,49	0,95	0,76
Guaratinguetá	36657	52577	68869	84864	102072	104219	112072	3,67	2,74	2,11	1,69	0,23	0,73
Colatina	100437	154966	105096	111678	106845	112711	111788	4,43	-3,81	0,61	-0,4	0,6	-0,08
Total/média	5758670	7872475	9818038	14088307	18226157	21103752	24274152	3,09	2,52	3,7	2,29	1,59	1,41

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1950 a 2010.

De toda forma, os municípios-núcleo das metrópoles mantiveram um crescimento populacional consistentemente alto durante pelo menos três décadas (1950/1980). O declínio depois do auge demográfico dos anos de 1950 e 1960 não impediu a manutenção de taxas elevadas, acima de 3% ao ano (a.a.) até 1980¹⁷. Somente Recife (1,27%), Rio de Janeiro (1,82%) e Porto Alegre (2,43%) tiveram taxas discrepantes no final daquele período, compensadas, entretanto pelas taxas dos municípios de Curitiba (5,34%), Fortaleza (4,30%) e Salvador (4,08%), valores muito altos tendo em conta o tamanho absoluto de suas populações entre 1970 e 1980. As maiores quedas nas taxas de crescimento ocorreram principalmente a partir da década de 1970, quando a média geral saiu dos 3% para valores próximos de 1% nos 30 anos subsequentes.

TABELA 2 - Brasil: 1950/2010. População residente e taxa de crescimento geométrico anual da população dos municípios-núcleos das primeiras metrópoles brasileiras – 1950 a 2010

Município	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	50/60	60/70	70/80	80/91	91/00	00/10
Salvador	417.235	655.735	1.007.195	1.502.013	2.075.273	2.443.107	2.675.656	4,62	4,39	4,08	2,98	1,83	0,91
Fortaleza	270.169	514.818	857.980	1.307.608	1.768.637	2.141.402	2.452.185	6,66	5,24	4,3	2,78	2,15	1,36
Curitiba	180.575	361.309	609.026	1.024.980	1.315.035	1.587.315	1.751.907	7,18	5,36	5,34	2,29	2,11	0,99
Belém	254.949	402.170	633.374	933.280	1.244.689	1.280.614	1.393.399	4,66	4,65	3,95	2,65	0,32	0,85
Belo Horizonte	352.724	693.328	1.235.030	1.780.839	2.020.161	2.238.526	2.375.151	6,99	5,94	3,73	1,15	1,15	0,59
Recife	524.682	797.234	1.060.701	1.203.887	1.298.229	1.422.905	1.537.704	4,27	2,9	1,27	0,69	1,02	0,78
Porto Alegre	394.151	641.173	885.545	1.125.478	1.263.403	1.360.590	1.409.351	4,99	3,28	2,43	1,06	0,83	0,35
São Paulo	2.198.096	3.825.351	5.924.612	8.493.217	9.646.185	10.434.252	11.253.503	5,7	4,47	3,67	1,16	0,88	0,76
Rio de Janeiro	2.377.451	3.307.163	4.251.918	5.090.723	5.480.768	5.857.904	6.320.446	3,36	2,54	1,82	0,67	0,74	0,76
Total/média	6.970.032	11.198.281	16.465.381	22.462.025	26.112.380	28.766.615	31.169.302	4,86	3,93	3,15	1,38	1,08	0,81

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1950 a 2010

Na comparação com os municípios que abrigam cidades médias verifica-se, que ao contrário das metrópoles, não há uma regularidade nas taxas de crescimento, mesmo em seu período de auge 1970/80 (ver Tabela 1). Mesmo assim, mais da metade deles (55), mantiveram taxas acima de 3% e nenhum apresentou taxas negativas na década de 1970. Nos demais períodos, surgem municípios com altas taxas de crescimento e municípios com crescimento negativo, o que reforça a ausência de um padrão de crescimento similar ao das nove cidades-metrópoles.

Entre 1970/80 (período de auge do crescimento nas cidades médias) a média anual de crescimento da maioria dos municípios intermediários foi de 3,70%, abaixo do crescimento médio das metrópoles, em seu período de auge (1950/60) que foi de 4,86%, embora um grupo de 16 municípios tenha apresentado taxas extremamente altas, como Foz do Iguaçu (14,91%), Ipatinga (12,12%), Luziânia (10,96%), Imperatriz (10,54%) e Marabá (9,36%).

Como nas metrópoles, também nos municípios médios o período de maior crescimento demográfico foi o de 1950 a 1980. Durante esses 30 anos, 22 municípios mantiveram taxas de crescimento acima de 3% e outros 22 sustentaram médias superiores a 2% a.a., o que indica consistência do crescimento demográfico. Municípios que se destacaram como São José dos Campos, Joinville e Imperatriz, apresentaram taxas anuais superiores a 5% durante todo o período. Dos 103 municípios examinados, 72 tiveram crescimento populacional positivo entre

¹⁷ O Brasil ao longo do século XX foi um dos países de maior crescimento demográfico no mundo. Sua taxa de 2,4% ao ano é expressivamente alta e serve de parâmetro comparativo. Daí a utilização da taxa de 2% como ponte de corte: taxas de crescimento acima dessa marca são significativas, mais ainda se sustentadas por vários decênios.

1950/ 2000, sendo que 23 com taxas anuais acima de 2% em todas as décadas. Os destaques são Uberlândia, Castanhal e Angra dos Reis com taxas acima de 3%.

Já no início do século XXI há menos municípios com crescimento superior a 2%. Num total de 17, os que mais se destacaram foram Macaé, Rio Verde, Cabo Frio, Angra dos Reis, Marabá, Petrolina, Araguaína e Rondonópolis (Tabela 3), vários deles situados fora do eixo Sul/Sudeste, à exceção dos integrantes da bacia de Campos. Por outro lado, os municípios de maior população continuam praticamente os mesmos: São José dos Campos, Ribeirão Preto, Uberlândia, Sorocaba, Feira de Santana, Juiz de Fora, Joinville, Londrina, Campos dos Goytacazes, Caxias do Sul e São José do Rio Preto; todos com populações superiores a 400 mil habitantes em 2010 (ver Tabela1).

TABELA 3 - Brasil: 1950/2010. Municípios médios com taxas de crescimento geométrico da população acima de 2% no período 2000/2010

Municípios médios	50/60	60/70	70/80	80/91	91/00	00/10	Pop. 2010
Macaé	0,69	1,06	1,51	2,63	3,07	4,55	206.728
Rio Verde	5,03	3,27	2,98	2,34	2,14	4,23	176.424
Cabo Frio	5,43	4,92	4,81	1,65	4,56	3,92	186.227
Angra dos Reis	3,23	3,42	3,69	3,62	3,76	3,58	169.511
Marabá	6,21	1,87	9,36	6,82	3,46	3,35	233.669
Petrolina	2,65	5,6	5,47	4,84	2,47	3,01	293.962
Araguaína		13,3	6,67	3,33	1,01	2,89	150.484
Rondonópolis		10,7	2,74	4,1	1,92	2,67	195.476
Castanhal	4,25	5,78	5,58	4,15	3,11	2,56	173.149
Teixeira de Freitas					2,57	2,56	138.341
Linhares	8,33	3,51	2,92	-0,26	-0,67	2,30	141.306
Chapecó	-6,01	-0,41	5,32	3,56	1,99	2,25	183.530
Itajaí	0,65	1,3	3,19	3,00	2,35	2,20	183.373
Caruaru	0,32	2,99	1,92	1,96	1,92	2,19	314.912
Luziânia	3,56	1,64	11	7,6	-4,2	2,15	174.531
Maringá		1,54	3,32	3,29	2,06	2,15	357.077
Pouso Alegre	-0,34	3,21	4,18	3,28	3,00	2,04	130.615

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1950 a 2010

Os municípios médios não conseguiram sustentar o mesmo padrão de crescimento de seu momento de auge (1970/80), houve reduções significativas nas taxas de crescimento, porém a maioria ainda mantém taxas acima das metrópoles.

A comparação das médias de crescimento dos municípios-core das metrópoles com as dos municípios médios mostra que até a década de 1960, os primeiros exibiam taxas de crescimento superior às dos segundos, mas a partir daí os municípios médios ultrapassaram as capitais metropolitanas, indicando defasagem nos momentos de pico de crescimento entre uma e outra categoria de cidade, a despeito de ambos terem experimentado 30 anos de elevadas taxas de crescimento (1950/1980). A partir de 1980, as taxas declinam de tal forma que no período 2000/2010, nos core-metropolitanos só Fortaleza continua crescendo a uma taxa superior a 1,0% ao ano.

Enfim, ao se comparar as taxas de crescimento dos municípios que sediam metrópoles com os municípios intermediários dinâmicos, constata-se que em ambos os casos houve mudança de tendência no ritmo de crescimento. O que explica esse declínio? As razões mais gerais reportam-se principalmente à redução do crescimento demográfico do país nas últimas décadas em razão da forte queda da fecundidade, sobretudo nas áreas urbanas, mesmo que os fluxos migratórios continuem intensos entre áreas menos e mais desenvolvidas economicamente. Em paralelo, são vários os trabalhos que constatarem também a tendência declinante da contribuição da imigração em municípios-núcleo que já atraíam muitos migrantes no passado, a despeito de as regiões metropolitanas continuarem agregando municípios em suas periferias. São afinal grandes áreas urbanas conurbadas, daí a pertinácia

de dividi-las em duas subáreas, núcleo e periferia. Sabemos que o crescimento demográfico nessas metrópoles se sustenta na expansão das áreas periféricas, algumas abarcando municípios localizados a grande distância do *centro histórico* do município-núcleo.

De toda a maneira, constatar que os municípios que nucleiam essas metrópoles já experimentam um visível declínio em termos demográfico é sintomático. Pode sinalizar que o país vive um processo de exaustão de uma metropolização disfuncional, uma espécie de ponto de saturação, em que a urbanização descentralizada, apoiada em cidades médias do interior ganhou relevância. Em alguns municípios metropolitanos a emigração supera a imigração como em Recife, Belém, Belo Horizonte e São Paulo¹⁸. Na grande maioria das capitais que sediam metrópoles há declínio nas taxas de crescimento populacional nos últimos 20 a 30 anos, enquanto várias cidades médias dinâmicas crescem a taxas bem maiores, embora também declinantes. Os dados aqui analisados parecem confirmar os processos de desconcentração populacional, ou de “dispersão espacial da população” como propõe Lobo (2009) e reforçam as teses que sublinham a redistribuição gradual da população e do emprego no interior do país, vis-à-vis o aumento do papel das cidades médias na rede urbana brasileira.

As análises realizadas não permitem indicar com precisão as cidades que devem se tornar metrópoles nas próximas décadas, visto que para isso, seria necessário investigar as áreas de conurbação, os fluxos econômicos de interdependência, etc. Contudo, é possível apontar cerca de oito municípios médios que tendem a ultrapassar os limites populacionais das cidades médias (750 mil habitantes), a maioria deles concentrados no Sudeste: Uberlândia, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José dos Campos e Feira de Santana. Outros já ultrapassam a marca dos 500 mil habitantes, como Joinville, Juiz de Fora, Londrina e Campos dos Goytacazes.

Referências

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1998 (Texto para Discussão, 554).

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CALVINO, I. **As cidades Invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**, Traduzido por C.W. Baskin, Prentice-Hall, 1966. Originalmente publicado em 1933.

¹⁸Convém destacar que nem todo município que perde população viverá inexoravelmente um crescimento populacional negativo. Isso porque o crescimento vegetativo (diferencial entre nascimentos e mortes na localidade) é quase sempre maior que as perdas por emigração.

CORRÊA, R. L. **Construindo o conceito de cidade média**. Ensaio apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. p. 1-11.

COSTA, Eduarda Marques. **Cidades Médias. Contributos para sua definição**. Finisterra, XXXVII, 74, 2002. p. 101-128.

DAVIDOVICH, Fany. **Metrópole e Território: Metropolização do Espaço no Rio de Janeiro**. XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Petrópolis (RJ), 23 a 27 de outubro de 2000. GT 07 – Cidade e Governança. Sessão 1 – Transformações econômicas e reestruturação urbana. Petrópolis, 2000.

DEUS, João Batista. As Cidades Médias na Nova Configuração Territorial Brasileira. Goiânia, 2004. In: **Boletim Goiano de Geografia**, v. 24, n. 1-2, jan./dez.2004.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 93-106.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOBO, Carlos Fernando Ferreira. **Dispersão Espacial da População nas Regiões de Influência das Principais Metrôpoles Brasileiras**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. cap. 2.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Org.). **São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MATOS, R. **Questões Teóricas Acerca dos Processos de Concentração e Desconcentração da População**. Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v. 12, n. 1-2, p. 35-58, 1995.

_____. Aglomerações Urbanas, Rede de Cidades e Desconcentração Demográfica no Brasil. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu. **Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais**, 2000. BH: ABEP/CEDEPLAR, 2000.

_____. **O Brasil Dividido e a Rede Urbana Fracionada**. Cadernos do Leste, Belo Horizonte, 2003, p. 1-51.

MATTOS, Carlos A. Redes, Nodos e Cidades: Transformação da Metrópole Latino-americana. In: **Metrôpoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**.

Editora Fundação Perseu Abramo/FASE/Observatório das Metrópoles, São Paulo, 2004, p. 157-196.

MEYER, Maria Proserpi. **Atributos da Metrópole Moderna**. São Paulo em Perspectiva. Vol. 14 n° 4, São Paulo out./dez. 2000.

MONTE-MÓR, R. L. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: Castriota, L.M (Org). **Urbanização Brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003. p. 260 – 271.

PARK, R. E. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G (Org). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo, contexto, 2005.

PRED, Alan. **Sistemas de Cidades em economias adiantadas. Crescimento passado, processos presentes e opções de desenvolvimento futuro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

RAMOS, E. F. **As Cidades Médias em Perspectiva**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2004.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979. p. 21-36.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TOPALOV, C. **Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965**. Espaço e Debates. Ano VIII, v. 1, n. 23, p. 05-30, 1988.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (Org). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censos-demograficos>. Acesso em: Fevereiro/2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br/Dados-populacionais,PIB-e-IDH>. Acesso em: Março/2010.

Artigo recebido em 24-04-2015
Artigo aceito para publicação em 05-08-2015